



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na Questão Urbana.

ALGUMAS APROXIMAÇÕES SOBRE TERRITÓRIO E GLOBALIZAÇÃO: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOB A ÉGIDE DO CAPITAL FINANCEIRO

Rodrigo Aparecido Diniz¹

Resumo: Este artigo aborda a reflexão sobre a categoria território, como espaço construído por meio da mediação ontológica do trabalho. Discute a relação entre tempo e espaço, como determinantes no processo de compressão do território como espaço relacional. Analisa o processo da globalização financeira e seus impactos na produção de espaços territoriais.

Palavras-chave: Território, Espaço, Tempo, Globalização Financeira.

Abstract. This article approaches the reflection on the territory category, as a space constructed through the ontological mediation of the work. It discusses the relation between time and space, as determinants in the process of compression of the territory as relational space. It analyzes the process of financial globalization and its impacts on the production of territorial spaces.

Keywords: Territory, Space, Time, Financial Globalization.

INTRODUÇÃO

Este ensaio busca estabelecer aproximações sobre as mediações da compreensão da categoria território e as determinações que incidem no processo de globalização, observando a produção do espaço no contexto social, político e econômico contemporâneo.

Destaca-se que os territórios são construídos e reconstruídos a partir das relações humanas, de processos interativos entre os homens e seus espaços, estabelecendo teias e tramas mediativas para a produção e reprodução da vida (SANTOS, 2009). É importante registrar que o processo de produção da vida social está intimamente ligado à ontologia do ser social, ao trabalho como mote ontocriativo dos homens, processo em que os sujeitos transformam a natureza e a si mesmos, criando e recriando o mundo e suas relações sociais.

Destarte, é por via do trabalho que o homem se constitui um ser social, pois o trabalho é atividade vital que produz e movimenta categorias ontológico-sociais fundantes do ser social, como: sociabilidade, consciência, liberdade e universalidade, que são construídas social e historicamente. Em outras palavras:

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <rodiniz87@gmail.com>.

Trata-se do processo no qual, mediante o trabalho, os homens produziram-se a si mesmos (isto é, se autoproduziram como resultado de sua própria atividade), tornando-se para além de seres naturais – seres sociais. Numa palavra, este é o processo da história: o processo pelo qual, sem perder sua base orgânico-natural, uma espécie da natureza constitui-se como espécie humana – assim, a história do desenvolvimento do ser social, como processo de humanização, como processo da produção da humanidade através da sua autoatividade, o desenvolvimento histórico é o desenvolvimento do ser social (NETTO, 2007, p.38).

O trabalho, como processo de transformação da natureza, realizado a partir das necessidades humanas, é elemento central para compreensão da constituição dos espaços. É neste sentido, que o ao produzirem as condições materiais para dar conta da vida, os homens produzem de modo conjunto o espaço.

A partir dessa premissa, pode-se refletir que o espaço é uma criação humana e social. É saturado de mediações movimentadas pela capacidade humana do trabalho, é também composto pelo tempo, uma vez que a dimensão do tempo se expressa atrelada ao processo de trabalho. Portanto, tempo e espaço são determinações ontológico-sociais, criadas e movimentadas a partir do trabalho; são construções eminentemente humanas, que expressam a edificação e apropriação dos homens sobre as técnicas para projetar e mediar respostas a suas necessidades.

É por essas interlocuções e problematizações que o presente artigo buscará tecer suas aproximações, destacando a densidade da categoria território, a produção do espaço territorial na trama das relações sociais orquestrada pelo modo de produção, movimentadas pelo processo de globalização.

Território: espaço, tempo e globalização.

Pode-se afirmar que o espaço é constitutivo de tempo, e o tempo é constitutivo do espaço, são pares dialéticos, elementos fundantes da relação: homem, trabalho e produção da vida social. Quando se pensa em espaço e tempo, não se pode negligenciar a técnica como elemento que movimenta o processo de criação humana, pois todo espaço é socialmente criado e constitui-se de técnicas e instrumentos humanos, uma vez que os espaços são engendrados no processo de objetivação humana fundada no trabalho. “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza a sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaços” (SANTOS, 2014, p. 29).

Assim, as técnicas são constitutivas do território, elemento de sua composição e transformação, de modo que contêm marcas, traços, rugas sociais e materiais deixados

por períodos históricos precedentes. O geógrafo Milton Santos (2014, p. 31) expõe que as técnicas estão no centro das relações sociedade-meio, são essenciais aos diferentes modos de produção ao longo da história, enfatiza que ao organizarem seus modos de produção os homens criam espaços territoriais que são completamente mediatizados pelas técnicas, correspondentes ao seu tempo histórico-social.

Aqui se discute a técnica, não em seu nível instrumental, pragmático, funcional à produção econômica ou como arsenal a serviço da razão única, mas como um recurso do processo de criação humana, inerente ao trabalho como categoria ontológica, central no processo de produção e reprodução da vida material e espiritual da sociedade. Todo trabalho humano é investido de técnica, que está em todos os domínios dessa atividade.

Os territórios a partir de sua noção social são criações humanas mediadas por um arsenal técnico-humano, que expressa sínteses históricas dos processos ontocriativos e interativos da humanidade. É nesse bojo que os territórios - que comportam a união relacional entre espaço, tempo e técnica - são criações sociais que perpassam e se dinamizam pelos diferentes conteúdos históricos, culturais e econômicos.

Os espaços são construídos e detêm lógicas, conteúdos racionais – projetivos, intencionais dos homens em interação com seus modos de vida e modos de produção. São organizados a partir de lógicas e acionados e usados segundo essas racionalidades, “[...] o espaço é um misto, um híbrido, um composto de formas-conteúdo” (SANTOS, 2014, p. 42).

Isso ocorre de tal modo, que os conteúdos das técnicas imbricadas na produção do espaço territorial envolvem substancialmente o conteúdo de tempo, que pode se expressar no tempo das coisas, no tempo da ação e no tempo como norma, que ainda recebem interferência das determinações sócio-históricas, econômicas e políticas da conjuntura pretérita e atual. O espaço, em seu conteúdo de tempo, é composto por rugosidades, que são heranças, formas e conteúdos herdados do passado. (SANTOS, 2000)

Necessariamente o território é constituído de espaço, técnicas e de tempo, ou seja, é construção humana, e, por isso, só existe por meio das experiências dos sujeitos sociais, só realiza-se por meio das experiências humanas, relacionais, do uso das técnicas, da experiência da utilização racional do espaço e do tempo.

Desta forma, é imprescindível registrar que espaço e tempo são inseparáveis, que existe uma inter-relação entre período e lugar, entre espaço e tempo, entre geografia e história. E é por meio do trabalho que o homem faz a conexão entre espaço e tempo, construindo o território usado.

Tempo, espaço e mundo são realidades históricas, que devem ser mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação epistemológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso, a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições (SANTOS, 2014, p.54).

A noção de espaço e tempo está ligada às relações sociais, às construções da sociedade humana, aos processos em curso no solo da vida material dos homens, nas mediações das experiências de classe, no tocante às formas concretas de trabalho e modos de vida, que são resultados de um conjunto de técnicas e de terminações históricas. É no espaço territorial que a história se expressa, não como cronologia, mas como experiência histórica, social, política, econômica que incide sobre o lugar e, portanto, sobre a vida dos sujeitos.

Assim, o processo de intercâmbio entre os homens e seus territórios de vida sofrem determinações de múltiplos contextos em constante processo dialético de interface com as relações mais globais da sociedade que determinam e influenciam as formas e os modos de vida dos sujeitos sociais, delineando a topografia social dos lugares, a identidade política dos espaços. Dessa forma, forjam-se as experiências sociais dos homens em determinada direção e organização social.

A categoria território permite que a mediação analítica esteja conectada às escalas ontológicas do espaço e do tempo, considerando como o ponto de partida o espaço de vida dos homens, pois pensar o território nos obriga a pensar modos de vida e a organização social no esteio do cotidiano das classes.

Dessa forma, destacamos que os espaços territoriais são saturados de experiências, vivências e acúmulos dos homens a partir de suas condições de classe, de suas experiências sociais e políticas. Portanto, os territórios são expressões e construções das objetivações humanas, das relações sociais criadas e recriadas pelos homens no âmbito de suas vivências, experiências e acúmulos de classe, no tocante que são as formas objetivas e subjetivas da vida traçadas nas mediações históricas que impingem suas construções, formas e modos de vida. Marx, no livro “18 de brumário de Luis Bonaparte” (2014, p.25), expressa que:

Os homens fazem a sua própria história, contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos.

É sob essa compreensão que podemos destacar que a construção e a reconstrução dos territórios se movimenta no intercâmbio entre passado e presente, que

se materializam em um “chão”, em uma espacialidade material, em determinada temporalidade social.

O território é uma resposta socialmente construída a partir da necessidade do homem para viver, é o espaço natural transformado em espaço social, cheio de saturações históricas. É o conjunto de ações sociais de cunho histórico, político, econômico no processo de produção da vida material e espiritual, que comporta e abriga as experiências de classes, as relações dos homens com o modo de produção.

É essencial refletir e pensar o espaço geográfico e a configuração dos lugares no contexto contemporâneo, que vêm sofrendo mutações, dadas as novas estruturas econômicas e políticas, que engendram desenhos espaciais particularizados, de acordo com os novos fluxos da economia global e das novas densidades e morfologias que envolvem o mundo do trabalho, impingindo novas e desafiantes formas de produção e reprodução da vida nos espaços, urdindo novas experiências e modos de vida das classes que vivem do trabalho.

A produção do espaço territorial sob a égide da globalização financeira

A globalização se expõe como um fenômeno de cunho político, econômico, social e cultural que forja novas realidades e processos em todo mundo, que traça amplamente novas configurações sociais, econômicas, políticas e territoriais. Impacta os territórios e os modos de vida nas suas relações cotidianas mais tênues.

As expressões desse fenômeno se adensam no modo articulado e interligado das economias e dos fluxos de produção em todos os pontos do globo, na aceleração planetária da circulação de trocas de tecnologias, serviços, culturas e informações, bem como do fluxo financeiro que reconfigurou a reestruturação produtiva, disparou o surgimento de novas atividades na área de serviços, expansão da produção e do capital tecnológico.

Vera Silva Teles (2015), discutindo as relações sociais urbanas, expressa que a produção dos espaços se mostra complexa, porosa e multifacetada, pois as dinâmicas dos fluxos produtivos do capital tangenciam sobre o espaço novas fronteiras sociais, territoriais, legais e políticas. Engendram mudanças nos circuitos globalizados da economia urbana, criando campos de tensão, novos arranjos mercantilizados dos espaços, dos lugares e das vidas, somadas às formas militarizadas de controle de gestão dos lugares e da pobreza.

Todas essas singularidades do processo de reorganização do modo de produção econômico atingem e impactam a produção do espaço geográfico em sua

organização, processo de construção e reconstrução, produzindo profundas mudanças na organização territorial em escala mundial.

O capital inaugura um novo modo de regulação na produção econômica e do controle do trabalho; essa nova tendência se baliza na flexibilidade das práticas de acumulação, dando novos sentidos à produção, não mais na base rígida do trabalho industrial da produção de massa, concentrada na regulação entre vetor econômico e ação estatal para o trabalho e consumo.

A ruptura na qual o capital aposta sua salvação é antes de tudo uma modalidade de aprofundamento das relações capitalistas. A era eletrônica da acumulação capitalista não é a de um lento refluxo da exploração da força de trabalho pelo capital, mas, ao contrário, um momento histórico singular em que o reexame do compromisso da relação salarial fordista e a busca de novas fontes de produtividade se conjugam (pelo jogo de práticas imanentes) com a complexificação da concorrência intercapitalista e nova configuração internacional da divisão do trabalho (...) (BENKO, 1999, p.20).

O modelo de produção econômica não somente tangencia regulação na produção de bens e serviços, mas expõe e cria novas relações sociais, com novos traços no comportamento e organização da vida. A acumulação flexível maximiza o fenômeno da globalização, que tende a eclodir a recomposição do mundo do trabalho voltada à maximização do sobrelucro através da exploração da força de trabalho, que se vê açambarcada pela crise do emprego formal, como signo da flexibilização moderna.

A precarização e degradação dos direitos trabalhistas, desvalorização da força de trabalho reduz todos os componentes dos custos de sua produção, existe a revisão em baixa dos salários, supressão das garantias de emprego e de tudo que é considerado um empecilho à liberdade econômica e flexível do capital.

A “modernização” da acumulação flexível remodela o funcionamento do mercado de empregos. Se, durante o período fordista, a venda da força de trabalho estava ligada ao nexo da cidadania, operada através do Estado de Bem-Estar Social que propunha a dimensão política do trabalho na conquista da cidadania e do desenvolvimento nacional, hoje o impulso dos novos modos de acumulação visa a desregulamentação, reduz suas especificidades, anula os direitos sociais às novas formas contratuais sem garantias e proteção, esvaziadas de sentido político e de valores de cidadania. Há a tentativa do desaparecimento progressivo da identidade coletiva da classe trabalhadora.

Essa fluidez assume verdadeira significação no seio do movimento de transnacionalização do capital, tendência que implica o controle internacional capitalista dos locais de produção e das frações da classe operária geograficamente separadas (BENKO, 1999, p. 23).

A produção econômica se intercambia em fluxo mundial, subvertendo a produção e os equilíbrios sociopolíticos, redistribuindo mapas de poderes. Há o surgimento de novas dinâmicas e configurações geopolíticas, criando novos espaços e territórios econômicos baseados nas indústrias de alta tecnologia, economia de serviços essencialmente alocados nos espaços metropolitanos, bem como as flexíveis e modernas atividades do mercado financeiro com “*startups*”² e “*holding*”³. Já as atividades artesanais das pequenas e médias formas de produção ficam subsumidas à periferia do sistema econômico.

Esse contexto tridimensional sócio-político-econômico leva à adoção de novos modos de espacialização do sistema produtivo, e isso implica a reconfiguração de significações e funções dos espaços territoriais, ou seja, redimensão territorial de regiões inteiras às necessidades, ou não, do mundo produtivo. Espaços esses ajustados às lógicas de acumulação criam o que David Harvey (2013) chama de processos de “desenvolvimentos geográficos desiguais”.

Essas formas de regulação referem-se, em particular, à formação dos salários, às modalidades de concorrência entre empresas, países e regiões; mecanismos de criação da moeda e do crédito. Esse conjunto consiste em formas concretas que foram produzidas e que dimensionam o tempo e o espaço, introduzindo processos em larga escala de reestruturação espacial da sociedade, redefinição do conteúdo ideológico dos

²*Startup* pode ser considerada uma nova categoria de empresas, cujo objetivo é ter um potencial de mercado escalável e repetitivo, que garanta o aumento de clientes e de lucros sem aumentar seus custos operacionais. Geralmente estão ligadas a setores tecnológicos e automatizados na oferta de serviços, atuam em cinco grandes áreas de mercado, sendo: Fintech – mercado financeiro com oferta de serviços bancários, de empréstimos; Edtech – ofertam serviços educacionais; Healthtech – ofertam serviços ligados à área de saúde; Agritech – comercializam tecnologias e serviços para a agricultura; Intertech – ligados a serviços de seguros, previdência dentre outros que intercambiam com o mercado financeiro. Essas empresas segundo os dados da Associação Brasileira de Startups, movimentou só no ano de 2018 mais de 20 milhões de reais em investimentos no país. Algumas empresas startups se tornaram populares na vida cotidiana, tais como: Uber, 99 Taxi, Netflix, Google, Nubank, Airbnb, Ifood, Rappi, Englistaw.

O relatório “The Global Startup Ecosystem Ranking 2015” analisado e disponibilizado pelo SEBRAE, aponta as cidades mundiais com ambientes estruturados que formam uma rede que apóia essas empresas compostas por universidades de ponta formando empreendedores de alto nível, aceleradores e incubadoras com mentores capacitados, comunidades de investidores interessados em inovação e legislação e incentivos para empreendedores e investidores de startups. As quinze cidades mundiais nesse perfil são: 1ª. Região do Vale do Silício, 2ª. Nova Iorque, 3ª. Los Angeles, 4ª. Boston, 5ª. Telavive, 6ª Londres, 7ª. Chicago, 8ª. Seattle, 9ª. Berlim, 10ª. Singapura, 11ª. Paris, 12ª. São Paulo, 13ª. Moscou, 14ª. Austin e 15ª. Bangalore, informações disponíveis no site WWW.sebrae.com.br>UFspesquisa.

³*Holdings* são empresas que reúnem e administram outras empresas, o termo na língua inglesa está relacionado à palavra “hold” que tem a tradução de manter. Nesse sentido, as holdings são empresas mais conhecidas como grupos corporativos que administram, gerenciam e controlam ações, fundos, títulos, marcas, imóveis e patentes por meio do financiamento e políticas privativas, que atuam em escala mundial, a exemplo temos os grupos ligados à administração de escolas e universidades como Kroton, Laureat, dentre outras. No setor financeiro para se ter uma idéia no Brasil há Grupos: Itaú, Bradesco, Globo, dentre que atuam no controle e gerência de outras empresas que fornecem diversos tipos de serviços.

lugares, estabelecimento de nova divisão social e espacial do trabalho, criação de novos espaços de produção e de consumo.

Esse processo permite a troca contínua de informações e a proximidade espacial, que possibilita a integração e a regulação final do processo de produção. É inegável que a globalização permitiu maior refinamento e desenvolvimento para as relações humanas como a maior e melhor permeação das informações e da conexão entre os sujeitos. Mas tangencia um abrupto e incontrolável modo de produzir riquezas de forma parcelar e fragmentado, açambarcando interesses econômicos do sobrelucro nos espaços e produzindo desigualdades territoriais.

A globalização, como mote de viabilização de um regime de acumulação, articula mudanças geopolíticas no mundo, determina os locais apropriados ao centro do poder, limita os espaços da produção tecnológica intelectual e projetiva. Direciona os lugares de produção operacional de baixa densidade política e os locais destituídos do âmbito da produção global, que ficam subsumidos e restritos à pobreza e às contradições inatas ao capital.

A globalização envolve, por exemplo, um alto nível de autodestruição, de desvalorização e de falência em diferentes escalas e distintos lugares. Ela torna populações inteiras seletivamente vulneráveis à violência da redução de níveis funcionais, ao desemprego, ao colapso dos serviços, à degradação dos padrões de vida e à perda de recursos e qualidades ambientais (HARVEY, 2013, p.115).

Em outras palavras, a organização flexível da produção e a financeirização tem como elementos a hierarquia das qualificações, a mobilidade dos trabalhadores, o princípio de formação do salário em escala regressiva, utilização da renda salarial e a intervenção política e militar sobre os espaços (continentes, países, regiões, cidades e as camadas intraurbanas).

A globalização se apresenta como processo de mundialização da expansão do capital, ou seja, representa a radicalização extensiva da economia de mercado, que se movimenta e se reapresenta no circuito mundial tencionando novos padrões de acumulação, novas formas de exploração, novas geografias e topografias políticas.

Porém, não se pode afirmar que os Estados nacionais estejam enfraquecidos diante da mundialização econômica proposta pelo neoliberalismo, ao contrário, necessitam regular e mediatizar diretamente suas operações, fortalecendo o capital em seu nível de abrangência, mantendo as classes dominantes locais alinhadas ao contexto internacional, reiterando os jogos políticos e autoritários da reprodução econômica.

Assim, os Estados continuam desempenhando funções significativas na teia do modo de produção, construindo e mediatizando relações políticas e a gerência interna na redução dos direitos sociais e trabalhistas, operando formas de controle, de contingência de movimentos reivindicatórios, realizando a militarização de respostas as questões eminentemente sociais; porém, é indubitavelmente menos autárquico no plano econômico, em razão da internacionalização de suas estruturas de produção, e ficam conectados e subservientes às lógicas do jogo internacional do grande capital.

CONCLUSÃO: ou para não concluir

Diante desse conflituoso terreno mediatizado pela geopolítica moderna, o espaço global e local é problematizado, observando suas interconexões e confluências, uma vez que a mundialização se concretiza em um espaço real, no solo mais próximo das vivências cotidianas do homem, na base local, nas experiências e modos de vida nos espaços territoriais.

E é no âmbito do espaço local que as tensões da profusão global da economia se apresentam, portanto, há uma relação dialética entre o local e global. É neste espaço que também se tem a chance e as razões para se entender as mediações da cultura do tempo social contemporâneo na vida dos sujeitos e das classes na produção dos territórios.

Essa relação se apresenta na genealogia operada através da divisão inter-regional do trabalho e do intercâmbio com o sistema de acumulação flexível e financeiro em suas armaduras globais, que desenha articulações e fragmentações em várias localidades espaciais, polarizando espaços luminosos de desenvolvimento e espaços opacos ligados a territórios pobres em que a modernidade é incompleta, que compõe as arquiteturas da produção macroeconômica (RIBEIRO, 2012).

No circuito da articulação flexível que une o território ao capital financeiro internacional é funcional, não há oposição absoluta entre si, ao contrário, nesse modo de acumulação se intercambiam as esferas produtivas e a produção do espaço, movimentando, não sem contradição, a divisão espacial e internacional do trabalho. É preciso atenção às escalas e às expressões desse processo econômico, político, social e cultural na construção e reconfiguração dos territórios na cena contemporânea.

Os sujeitos se dinamizam como atores dentro e/ou fora do sistema produtivo da organização e divisão internacional do trabalho, sendo inclusos e/ou excluídos das tendências de organização da produção, e é neste contexto de múltiplas determinações que o território recebe e movimenta as mediações da macroeconomia.

A cidade é uma mediação entre as mediações. Contendo a ordem próxima, a ela que a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade, é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta, encarna-a, projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata, a cidade inscreve essa ordem, prescreve-a, escreve-a, texto num contexto mais amplo e inapreensível como tal a não ser pela meditação (LEFEBVRE, 2008, p. 52).

É assim que as estruturas econômicas e seus declives de modo de produção constituem espaços geográficos globalizados ao capital, permeando a composição de tessituras territoriais, disparando modos de organização da vida sob determinadas formas culturais que se imbricam no processo constitutivo dos lugares e das classes sociais.

REFERÊNCIAS

BENKO, Georges. **A economia, espaço e globalização**: na aurora do século XXI. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2008.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução. 3. Ed. São Paulo; Cortez, 2008.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Homens Lentos, Opacidades e rugosidades**. In: Revista Redobra. Ano 03, nº. 09, abril, 2012.

SANTOS, Milton. **O País distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da critica da geografia à geografia crítica. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: EDUSP, 2014.